



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EMPREITADA DE "REORGANIZAÇÃO VIÁRIA E FUNCIONAL DE ACESSO AO LARGO DO EIRÓ" ADJUDICADA À EMPRESA J. S. GOMES, LDA, DE ARCOS DE VALDEVEZ [PO 213/2017] -----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia 8 de junho de 2017, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, Chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar de Aldeia, Freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de presidente da referida Câmara Municipal, em representação do **Município de Arcos de Valdevez**, pessoa colectiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e de harmonia com o seu Despacho datado de 25 de maio de 2017, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respetiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

José de Sousa Gomes, casado, natural da freguesia de Rio Frio, e residente no lugar da Senra, freguesia de Monte Redondo, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de **sócio-gerente**, em representação da sociedade comercial por quotas denominada "**J. S. GOMES, LDA**", com sede na Rua Dr. António Gonçalves Ferreira, nº 6, Arcos de Valdevez, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Arcos de Valdevez sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva **502 294 698**, com o capital social de € 150.000,00, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respetivo contrato que se regula pelas cláusulas seguintes: -----

----- Primeira -----

A Câmara Municipal, representada do primeiro outorgante, pelo seu mencionado Despacho de 25 de maio de 2017, deliberou adjudicar, mediante Ajuste directo, nos termos dos artigos 19º, alínea a) e 124.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, doravante designado por CCP, à representada do segundo

outorgante, P, a empreitada de **“REORGANIZAÇÃO VIÁRIA E FUNCIONAL DE ACESSO AO LARGO DO EIRÓ”**. -----

----- Segunda -----

O preço contratual é de € 23.795,00 (vinte e três mil setecentos e noventa e cinco euros), a que acresce o Imposto de Valor Acrescentado, à taxa de 6%, da importância de € 1.427,70 (mil quatrocentos e vinte e sete euros e setenta centimos). -----

----- Terceira -----

A empreitada tem por objeto os trabalhos constantes da respectiva lista contratual de preços unitários, os quais serão iniciados no primeiro dia útil a seguir ao da data da consignação, e concluídos no prazo de **45 dias**, incluindo sábados, domingos e feriados, a contar dessa mesma data. -----

----- Quarta -----

A consignação da obra deverá estar concluída no prazo de **30 dias úteis** após a assinatura deste contrato. -----

----- Quinta -----

A medição dos trabalhos executados far-se-á mensalmente, de acordo com o estipulado no artigo 388º do CCP, sendo os respectivos pagamentos efectuados no prazo de 60 dias, de acordo com o artigo 299º, nº 4, do mesmo Código. -----

----- Sexta -----

O prazo de garantia da obra, durante o qual a representada do segundo outorgante está obrigada a corrigir todos os defeitos da mesma, é o definido no nº 2 do artigo 397º do CCP. -----

----- Sétima -----

Ao incumprimento do contrato são aplicáveis as regras dos artigos 325º e seguintes do CCP. -----

----- Oitava -----

As revisões de preços são reguladas pelas disposições do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, sendo efectuadas segundo a fórmula fixada no caderno de encargos que integra este contrato: **F 09 – Arranjos exteriores.** -----

----- Nona -----

O encargo total deste contrato é o do valor da adjudicação, acrescido das revisões de preços legalmente exigíveis, e do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, sendo a classificação orçamental respetiva, do ano corrente, a seguinte: -----

Classificação orgânica - Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

Classificação económica - **Agrupamento 07** – Aquisição de Bens de Investimento; **Subagrupamento 01** – Investimentos; **Rubrica 04** – Construções diversas; e **Alínea 01** – Viadutos, arruamentos e obras complementares. -----

Classificação Funcional – **24202.** -----

----- Décima -----

É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Décima Primeira -----

O presente contrato **não está sujeito** a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, designadamente, o Código dos Contratos Públicos, e legislação complementar. -----

----- Décima Segunda -----

1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; -----
- b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos; -----
- c) O caderno de encargos; -----
- d) A proposta adjudicada. -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

----- **Décima Terceira** -----

Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

----- **Décima Quarta** -----

O segundo outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados, -----

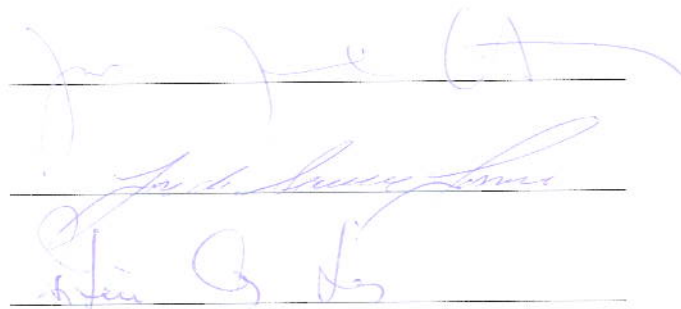
----- **Décima Quinta** -----

Que se obriga a realizar todos os trabalhos dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos, cumprindo todas as instruções que para esse fim lhe forem transmitidas pelos Serviços da dita Câmara Municipal. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos, que ficam arquivados com o presente contrato: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **04-04-2017**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Arcos de Valdevez, em **03-04-2017**, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Alvará de construção nº 34256-PUB, válido por tempo indeterminado; d) Certidão Permanente, com o código de acesso 3017-8254-6479, obtida via Internet, subscrita em **06-04-2016**, e válida até **06-04-2018**, respeitante à matrícula da sociedade, pela qual verifiquei a qualidade e suficiência de poderes do segundo outorgante para intervir neste ato; e) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; f) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1

do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar se lavrou o presente contrato que vai ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim, _____ Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----



Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº 64/029/2017.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº 25/2017